

Legislação atual – EMRC e demais legislação pertinente

1. [Portaria n.º 333/86, de 02/07](#) – Regulamenta a lecionação da disciplina de E.M.R.C. no 1.º Ciclo do Ensino Básico;
2. [Concordata de Maio de 2004 entre a Santa Sé e o Estado Português](#) - o art. 19 refere-se ao ensino da Religião Católica nas escolas portuguesas;
3. [Decreto-Lei 27/2006, de 10 de fevereiro](#) – cria os grupos de recrutamento docente, incluindo o grupo 290, Educação Moral e Religiosa Católica, alterado pelo [Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro](#), que cria o grupo de recrutamento 120 – Inglês;
4. [Decreto-Lei 41/2012, de 21 de fevereiro](#), altera o Estatuto da Carreira Docente e republica a versão atual.
5. [Portaria n.º156-B/2013, de 19 de abril](#) – Alteração dos quadros de zona pedagógica (QZP);
6. [Decreto-Lei 70/2013, de 23 de maio](#), regulamenta, a lecionação da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica nas escolas públicas, bem como o processo de recrutamento e seleção de docentes de EMRC;
7. [Decreto-Lei 22/2014, de 11 de fevereiro](#) – Estabelece o regime jurídico da formação contínua de professores e define o respetivo sistema de coordenação, administração e apoio.
8. [Decreto-Lei 79/2014, de 14 de maio](#), aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário. Revoga o [Decreto-Lei 43/2007, de 22 de fevereiro](#). Alterado pela [Declaração de Retificação n.º 32/2014, de 27 de junho](#);
9. [Despacho n.º 6809/2014, de 23 de maio](#), do Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar – Define as regras para obtenção das habilitações profissionais para a docência da disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica;
10. [Despacho 4595/2015, de 6 de maio](#) - Estabelece o processo de avaliação, certificação e reconhecimento da formação acreditada;
11. [Despacho n.º 4734-A/2015, de 7 de maio](#), define o calendário de adoção dos manuais de Educação Moral e Religiosa Católica;
12. [Despacho 5418/2015, de 22 de maio](#) - Estabelece a correspondência entre as áreas de formação contínua previstas no Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, e as áreas de formação estabelecidas na legislação anterior à sua publicação;
13. [Despacho 5741/2015, de 29 de maio](#), Estabelece o processo de reconhecimento e certificação das ações de curta duração;
14. [Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto](#), define as regras a observar no funcionamento dos estabelecimentos públicos do 1.º ciclo do ensino básico, bem como a possibilidade dos Encarregados de Educação prescindirem os seus educandos da frequência de uma AEC em favor da frequência de EMRC;
15. [Portaria 304-B/2015, de 22 de setembro](#), que altera a [portaria 243/2012, de 10 de Agosto](#), que define o regime e funcionamento dos Cursos Científico-Humanísticos do Ensino Secundário (assiduidade, matrícula, anulação de matrícula), bem como a possibilidade de anulação da matrícula em Educação Moral e Religiosa Católica;
16. [Portaria n.º 341/2015, de 9 de outubro](#), que possibilita a inscrição de alunos dos cursos vocacionais do Ensino Básico e Secundário na disciplina de EMRC;

17. [Decreto-Lei 17/2016, de 4 de abril](#), [Decreto-Lei 91/2013, de 10 de julho](#) e [Decreto-Lei 176/2014, de 12 de dezembro](#), alteram o [Decreto-Lei 139/2012, de 5 de julho](#) – Integra a EMRC no currículo do Ensino Básico (1º, 2º e 3º ciclos) e no Ensino Secundário (Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Artísticos Especializados). Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário;
18. [Despacho Normativo 1-F/2016, de 5 de abril](#), que regulamenta a avaliação e certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos do ensino básico e as medidas de promoção do sucesso escolar que podem ser adotadas no acompanhamento e desenvolvimento dos alunos.
19. [Decreto Legislativo Regional n.º 28/2016/M – Região Autónoma da Madeira](#), permite a nomeação de professores de EMRC até ao termo do ano letivo 2019/20. Em 2020/21 a colocação de professores de EMRC segue as mesmas regras das demais disciplinas.
20. [Decreto-Lei 28/2017, de 15 de março](#), procede à sexta alteração ao **Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho** e estabelece o regime de seleção, recrutamento e mobilidade do pessoal docente para os estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário na dependência do Ministério da Educação e Ciência;
21. [Decreto Legislativo Regional n.º 2/2017/A – Região Autónoma dos Açores](#), altera o Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário.
22. [Despacho Normativo 1-B/2017, de 17 de abril](#), regulamenta as normas de matrícula e constituição de turmas;

Atualizado a 17 de abril de 2017